

A HISTÓRIA COMO DISCIPLINA PRIMÁRIA: INSTRUÇÃO PÚBLICA NO CEÁRA NA DÉCADA DE 1920.

Raquel da Silva Alves*

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o programa de ensino da escola primária no Ceará na década de 1920 a partir da divisão dos conteúdos referentes à disciplina de História. Parte-se da idéia de construção do saber no tocante a experiência do aluno e da sua história de vida. Nesse sentido, buscamos perceber como as políticas públicas da educação através da divisão curricular da educação cívica levaram em questão a elaboração da cidadania e a formação do indivíduo na sociedade e qual a sua relação com o ensino de História.

Abstract: The article has as objective analyzes the program of teaching of the elementary school in Ceará in the decade of 1920 starting from the division of the contents regarding the discipline of History. He/she breaks of the idea of construction of the knowledge concerning the student's experience and of his/her life history. In that sense, we looked for to notice as the public politics of the education through the division curricular of the civic education took in subject the elaboration of the citizenship and the individual's formation in the society and which his/her relationship with the teaching of History.

A escola no Ceará, assim como no Brasil era definida na década de 1920 como espaço de formação da cidadania e reforçada pela representação desse espaço na transmissão de conhecimentos que valorizassem o progresso coletivo. A difusão do conteúdo histórico era definida no contexto escolar a partir da formação do cidadão consciente de sua função na sociedade. A perspectiva apresentada para disciplina de História servia juntamente com o ensino da Geografia, da Língua Portuguesa e do Ensino Moral e Cívico como uma tentativa de apropriação do conceito de cidadania pelos alunos. O estudo das paisagens nacionais para a formação do sentimento da nacionalidade estava unido aos conceitos de espaço e tempo cuja união estabeleceria uma coerência para os marcos significantes do passado, além disso havia o estudo da constituição do brasileiro, através dos povos que compunham o Brasil. A elaboração dessas cadeiras servia para selecionar os acontecimentos que deveriam ser estudados como parte de um passado glorioso da nação e, sobretudo, como aponta Bittencourt (1993) que a história era vista pelos estudiosos como sinônimo da pátria, da civilização. Esse aspecto pode ser analisado como filtragem dos nomes relevantes para dar um sentido grandioso ao passado em comum que fora vivido e, agora, observado sob a ótica das exigências da sociedade moderna.

A elaboração do currículo escolar a partir do ideário republicano da educação cívica levava em questão outros fatores que não condiziam simplesmente com a rotina da sala de

* Mestre em História Social –UFC.

aula. A política empregada nas escolas na década de 1920 direcionava o patriotismo, como sentimento coletivo, dentro das instituições de ensino, primando pelas práticas nacionalistas de culto à nação e de celebrações cívicas. A ocasião do centenário da independência foi comemorado na semana de sete de setembro de 1922 através de exposições, desfiles cívicos e outras atividades que uniam a programação da escola a eventos que ocorriam em outros espaços da cidade. O discurso empregado pela imprensa também correspondia a esse aspecto: “Falta-nos uma instrução profícua, de conhecimentos uteis com o aprendizado de actos de civismo e de moral (...) É desoladora a ignorancia do nosso povo no tocante á grandeza, ao progresso e ás tradições gloriosas de nossa pátria (...)”.¹

A argumentação pautava-se, segundo o jornal no fato da escola não prover os alunos do conhecimento que valorizassem a história da Pátria. A construção do currículo para a disciplina de História nesse período levou em questão a conceituação do que seria a História naquele contexto, demarcada pela memorização de datas e eventos. A formação da nação foi apontada como problema de questão pública e para resolvê-lo o governo deveria utilizar-se dos mecanismos necessários para preparar o cidadão. Com isso explica-se a presença do discurso cívico nas escolas. A escola pública aparece nesse discurso como instituição responsável pela disciplina do público que as freqüentava. A formação do povo brasileiro era constantemente elucidada nos manuais de ensino como forma de exaltar a tradição construída a partir da experiência dos diferentes povos que haveriam povoado o Brasil.

Os anos vinte compunham-se pela exaltação dos eventos nacionais e pela tentativa de repensar as relações que eram estabelecidas na sociedade republicana. A vida cívica que se desejava empregar no cotidiano da população iniciava-se nas atividades da escola. A comemoração de datas cívicas na rotina das escolas era defendida pela idéia de que a história do país deveria estar viva no cotidiano escolar como também fora de sala de aula. A lembrança do passado deveria ser composta de fatos que engrandecessem o país. As festas cívicas serviam para preencher a lacuna dos temas nos livros didáticos que, segundo os formuladores do currículo, precisavam ser estudados na rotina escolar.

Nunca é ocioso insistir no dever do Estado em promover o desenvolvimento intellectual. Ao estado não compete só o cuidado assíduo do progresso meramente material. O problema do ensino publico é dos que mais devem occupar a attenção dos governantes interessados no preparo das fortes bases da futura grandeza pátria².

¹ Jornal *O Nordeste*. A educação nacional- discurso pronunciado pelo dr. Menezes Pimentel, na festa das academicas. 17/ Ago/ 1922.

² Relatório do Presidente do Estado do Ceará de 1920.

O ensino público, e em especial, a instrução primária era vista como problema de ordem do Estado, motivo pelo qual essa questão foi alvo de críticas e principalmente de discursos que enalteciam o papel do governo junto às escolas. No tocante às iniciativas da administração pública em transformar essa situação perceber-se que a preparação dos professores primários precisava habilitá-los de maneira a partir da formação de uma cultura geral que envolvesse uma apreensão dos fatos e aspectos considerados importantes para valorizar a tradição. Essa concepção era uma forma de o governo utilizar-se da escola para alcançar a população e por meio da História da nação apresentaria-se um sentido para a explicação dos fatos a partir do conceito de progresso e evolução social. O tempo histórico é o do progresso, da evolução tecnológica (BITTENCOURT, 1993).

A respeito da formação das professoras primárias e em especial, o ensino de História é que procuramos analisar a elaboração dessa disciplina como acessório do ensino moral e cívico. Na perspectiva de que o estudo desenvolvido pelas normalistas estava inserido na elaboração do perfil de cidadão que deveria entender-se desde criança como integrante da memória nacional a ser resgatada e transmitida pela escola, destacamos o programa das cadeiras de História do Brasil e da Civilização. Nesse conteúdo foi possível depreender a formulação da imagem do êxito nacional, no qual as narrações, as datas e os símbolos que eram utilizados na aplicação dessas aulas voltavam os olhares das alunas do magistério primário para os fundamentos da identidade do país. As exposições ocorridas nas aulas compunham-se de argumentações consideradas como verdades na definição do Estado como provedor dos mecanismos necessários ao progresso social.

Interessou-nos observar como o ensino de História era trabalhado na escola primária considerando-se a idéia de que a disciplina era estabelecida nesse contexto como forma de redefinir a tradição que deveria ser trabalhada nas escolas. A idéia de tradição deve ser compreendida como uma forma de transpor para a sala de aula os princípios pátrios que deveriam nortear a ação dos alunos diante da simbologia atribuída à nação. Nesse sentido, o que consideramos interessante de abordar nesse processo seria a inserção desses questionamentos no programa de ensino. Sabendo-se que os conteúdos selecionados para essa etapa do ensino considerava a exaltação dos heróis do passado e a idéia de que a interpretação atribuída ao passado estava envolvida no discurso de construção do ideário nacional. Vale destacar o quanto essa seleção era definidora da forma como o ensino seria realizado em sala de aula, uma vez que esses temas como componentes de uma formação educacional não eram definidos pelas professoras, mas elas recebiam esse programa juntamente com o calendário das datas cívicas a serem comemoradas não apenas pela escola.

A partir do programa do concurso para as professoras primárias publicado no ano de 1924 para o preenchimento das vagas nas escolas públicas do Estado encontramos no ponto que correspondia à metodologia de ensino, os conteúdos a serem trabalhados na escola primária divididos nas diferentes disciplinas. A disciplina de História foi apresentada separadamente do Ensino Moral e Cívico e da Geografia.

A seleção dos conteúdos de História do Brasil correspondia aos temas presentes no programa da Escola Normal, responsável pela formação dos professores primários. Embora esse ensino fosse considerado relevante a presença desse questionamento no programa de estudo para o concurso das professoras transformava o “ensino da disciplina de história em uma problemática. Vale ressaltar que a construção do conhecimento histórico como disciplina na escola primária foi apresentada nesse programa a partir da metodologia que deveria ser empregada, de acordo com a Pedagogia, no ensino de História:

Lição das coisas: primeiras noções científicas. Lições de História: methodo de ensinar a historia – Formas de ensino na hsitoria – Subsídios didaticos para a lição de historia – Marcha de uma lição³.

Ao referir-se à questão dessa disciplina ensinada a partir da história do aluno, e neste caso, da realidade cearense, foi possível encontrar um detalhamento do conteúdo com a classificação dos acontecimentos a partir da cronologia. Em estudo publicado na década de 1950, Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública nas décadas de 1920 e 1930, definiu de acordo com as elaborações de Lourenço Filho que:

HISTÓRIA PÁTRIA:

7)

O ensino da História, propriamente não cabe no curso primário. O professor irá, somente, fornecendo aos alunos as primeiras noções, destinadas a despertar o sentido cívico⁴.

A definição atribuída por Lourenço Filho para a forma como a História deveria ser empregada no ensino primário possibilita-nos levantar algumas questões, como o fato de não haver um curso de formação específica em História, mas a participação de outros profissionais no ofício de professor de história. As datas e os fatos históricos que deveriam ser trabalhados em sala de aula não eram selecionados por pessoas que estivessem envolvidas com a escola. A definição de Lourenço Filho para a metodologia da História levava em

³ Programa de Estudo da Cadeira de Pedagogia da Escola Normal. Ano 1911.

⁴ SOUSA, Joaquim Moreira. *Estudo sobre o Ceará*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. 1955. p. 131.

questão os estudos da psicologia da educação desenvolvidos para analisar as etapas do desenvolvimento da criança. A História não deveria ser ensinada a partir da memorização de datas e eventos do passado, além disso foi claramente destacada a idéia de que o ensino das noções de História precisava encaminhar o aluno ao sentimento cívico. Apesar de haver uma defesa para que o ensino de História envolvesse o “comum ao aluno”, a proposta da Educação Cívica encaminhava o ensino de história a “algo externo” à sua vivência. A problemática apresentada por esse programa leva-nos a interpretar como a história do aluno poderia ser abordada no estudo dessa disciplina, ao passo que a exaltação cívica apresentada como símbolo desse ensino.

12. Methodologia da Historia. A Historia pode ser ensinada no curso primario? Como chega a creança á noção de sucessão de tempo. Partir do conhecido: a historia do alumno, da familia, da escola, do bairro ou da fazenda. A historia do paiz pelos factos mais recentes. Banimento absoluto do ensino de cor. A historia e o patriotismo. Marcha do ensino⁵.

As candidatas ao cargo de professoras deveriam a partir do conhecimento pedagógico que elas possuíam da criança definir esse conceito de sucessão de tempo a partir da seguinte questão: Como reconstruir a história do aluno? A história de vida do aluno serviria para criar uma lógica entre o presente e o passado de forma a estruturar a compreensão do aluno sobre os acontecimentos do passado. A apresentação dos fatos nesse momento seria considerada uma iniciação dos estudos históricos. A compreensão do passado partiria do conhecimento que o aluno já possuía proporcionando a apreensão de outros fatos do passado mais remoto.

A proposta para o ensino de história nas séries iniciais apoiava-se no método que as professoras deveriam utilizar para alcançar esse objetivo. A abordagem da Pedagogia para esse ensino pautava-se de acordo com os mais recentes e sólidos princípios dos estudos pedagógicos renovados (SCHMIDT, 2004). A esse respeito, o denominado ensino ativo encaixava-se nesse processo como aspecto relevante na apropriação do conhecimento através de atividades práticas. Embora não tenham sido apresentados no programa aspectos específicos do conhecimento histórico percebe-se uma problemática ao se apresentar essa argumentação, relacionando o ensino à vida prática do aluno.

Para tanto podemos apresentar a obra de Newton Craveiro elaborada a pedido do professor Lourenço Filho no período de sua estada no Ceará como Diretor da Instrução Pública nos primeiros anos da década de 1920. *O livro João Pergunta ou Brasil Sêcco* deveria

⁵ *Programma de Pedagogia*. Instrucção Publica. Jornal Diario do Ceará, 24/ Abr/ 1924.

ser utilizado nas escolas primárias como manual de ensino. A proposta do livro tratava da junção dos conteúdos aos métodos do ensino ativo, baseados na metodologia da Escola Nova que poderiam ser aplicados em sala de aula. No caso desse livro existia a justificativa da concretude das atividades, fuga do verbalismo. Segundo Craveiro, a noção que deveria ser apresentada aos alunos das escolas cearenses deveriam basear-se na realidade social e nas vivências dessa região, ou seja, para o ensino ser aplicado de forma coerente com a realidade do Ceará, a criança precisava pensar a partir do contexto no qual ela estava inserida e, nesse caso na apropriação do homem nordestino de seu espaço.

Bibliografia

ALVES, Joaquim. *O ensino primário na primeira metade do século XX*. In: GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio (orgs). O Ceará. Fortaleza, 3.ed. Edições UFC/IC, 1966.

_____. *O ensino primário na primeira metade do século XX*. In: GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio (orgs). O Ceará. Fortaleza, 3.ed. Edições UFC/IC, 1966.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino e história nas escolas paulistas (1917-1939)*. Edições Loyola: São Paulo, 1990.

CAMBI, Franco. *Historia da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 14. Ed. Rio de Janeiro: EDUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SERVA, Mario Pinto. *A Educação Nacional*. Pelotas:Editores: Echeniveque & Comp. Livraria Universal, 1924.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil. In: Revista Brasileira de História (Produção e divulgação dos saberes históricos e pedagógicos). São Paulo: Anpuh, Marco Zero, vol. 24, nº 48, jul-dez, 2004. p. 189-211.